



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

MICHEL FELIPE SILVA LIMA DOS SANTOS

**REPERCUSSÕES DA REVOLUÇÃO RUSSA NA IMPRENSA OPERÁRIA DE
SÃO PAULO (1917-1921)**

SÃO CRISTÓVÃO-SE

2024

MICHEL FELIPE SILVA LIMA DOS SANTOS

**REPERCUSSÕES DA REVOLUÇÃO RUSSA NA IMPRENSA
OPERÁRIA DE SÃO PAULO (1917-1921)**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado à
disciplina de Prática de Pesquisa como requisito
para conclusão do Curso de Licenciatura em
História.

Orientadora: Profa. Dra. Célia Costa Cardoso

SÃO CRISTÓVÃO

2024

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. IMPRENSA TRADICIONAL E IMPRENSA OPERÁRIA.....	6
3. IMPRENSA OPERÁRIA: HISTÓRIA E LUTAS.....	7
4. “A GRANDIOSA EPOPEIA RUSSA”: REPERCUSSÕES DA REVOLUÇÃO RUSSA NAS PÁGINAS DE “A PLEBE” ENTRE JUNHO E AGOSTO DE 1917.....	8
5. A GREVE GERAL DE 1917 E A INSURREIÇÃO ANARQUISTA DE 1918.....	11
6. 1919: ANARQUISMO E BOLCHEVISMO NAS PÁGINAS DE “A PLEBE” E “A RAZÃO”.....	12
7. O BOLCHEVISMO EM DEBATE.....	14
8. 1921: CISÃO NO MOVIMENTO OPERÁRIO.....	16
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
REFERÊNCIAS.....	20
A. FONTES.....	20
B. BIBLIOGRAFIA.....	22

REPERCUSSÕES DA REVOLUÇÃO RUSSA NA IMPRENSA OPERÁRIA DE SÃO PAULO (1917-1921)

Michel Felipe Silva Lima dos Santos*

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar as repercussões da revolução russa dentro do movimento operário brasileiro durante os anos de 1917 a 1921, no estado de São Paulo, tendo como foco um importante meio de formação de opinião e debate político em meados do começo do século XX: a imprensa operária brasileira. Desse modo, buscamos verificar como os acontecimentos da revolução russa foram recebidos e interpretados por esse veículo de comunicação e organização da classe trabalhadora, bem como compreender de que modo esta revolução influenciou o processo de luta social no Brasil, tomando por base os jornais “A Obra” (São Paulo, 1920), “A Razão” (Bauru, 1919) e “A Plebe” (São Paulo, 1917).

Palavras-chave: São Paulo; Revolução Russa; Imprensa Operária; Anarquismo.

ABSTRACT

This article aims to analyze the repercussions of the Russian revolution within the Brazilian labor movement during the years 1917 to 1921, in the state of São Paulo focusing on an important channel of opinion formation and political debate in the mid-to-early 20th century: the Brazilian Labour’s press. In this way, we intend to verify how the events of the Russian revolution were received and interpreted by these vehicles of communication and organization of the working class, as well as understanding how the revolution influenced the process of social struggle in Brazil, based on the newspapers “A Obra” (São Paulo, 1920), “A Razão” (Bauru, 1919) and “A Plebe” (São Paulo, 1917).

Keywords: São Paulo; Russian Revolution; Labour Press; Anarchism.

* Graduando em História pelo Departamento de História, da Universidade Federal de Sergipe, 2024. Orientando da Profª Drª Célia Costa Cardoso. Contato: mfslds.mfslds@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O começo do século XX foi marcado por uma série de acontecimentos que transformariam para sempre a história da humanidade. No plano Internacional, a Europa era palco da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), conflito que, segundo Eric Hobsbawn(1994) pôs fim à civilização europeia do século XIX, e que desencadeou uma série de mudança na geopolítica mundial. Uma das principais consequências da Primeira Guerra Mundial foi a Revolução Russa de 1917, que tinha por principal objetivo pôr fim à participação da Rússia na guerra, bem como assegurar aos trabalhadores melhores condições de vida. Liderados por figuras como Vladimir Lenin e Leon Trotsky, o povo russo pôr fim ao regime tirânico do Czar Nicolau II, e organizou um movimento “tão fundamental para a história deste século quanto a Revolução Francesa de 1789” (HOBSBAWN, 1994, p. 49).

A revolução de Fevereiro e, principalmente, a de Outubro, trouxeram aos movimentos revolucionários de todo mundo novas perspectivas de luta, instigando os trabalhadores a se organizarem com o intuito de transformar a sociedade e a realidade em que viviam, com base nos ideais do socialismo, doutrina teorizada por Karl Marx e Friedrich Engels, que prega a tomada e socialização dos meios de produção pela classe trabalhadora, com o objetivo de pôr fim à exploração do trabalho pelo capital (FROMM, 1961, p. 45).

Do ponto de vista da sociedade brasileira, 1917 também é um ano de grande convulsão social. Embora fosse uma nação republicana, os direitos políticos eram restritos a uma pequena parcela da população, constituindo o que muitos historiadores chamam de “liberalismo oligárquico”, sistema marcado pela “dominação de uma minoria e na exclusão de uma maioria do processo de participação política”(RESENDE, 2993, p.89). Por conta disso, as crescentes desigualdades, agravadas pela inflação e pela guerra, levaram os trabalhadores a organizarem uma série de greves contra a carestia, objetivando “melhorar suas condições de vida e conquistar o mínimo de direitos”(FAUSTO, 1999, p. 169).

Nesse contexto, a Revolução Russa desempenhará uma importante fonte de inspiração para o movimento operário no cenário nacional. O anarquismo, uma das principais forças políticas e sociais durante o período da Primeira República, trazido por imigrantes principalmente vindos da Itália e Espanha, foi um importante catalisador desse sentimento de revolta, de modo a desempenhar um “papel decisivo na orientação política do movimento operário”(SCHWARCZ, 2015, p.774).

Concentrados principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, os anarquistas buscaram expandir sua influência sobre o movimento operário através de escolas modernas, sindicatos, teatros, entre outras organizações controladas pelos trabalhadores, além de fazer uso da “greve como principal arma de mobilização e combate”(SCHWARCZ, 2015, p.774). Seu principal objetivo era construir uma sociedade concebida sem Estado ou hierarquias de caráter social ou econômico, em que “a harmonia em tal sociedade é obtida, não pela submissão a leis, ou pela obediência a alguma autoridade, mas pela livre concordância estabelecida entre vários grupos(...) livremente constituídos em favor da produção e do consumo (Kropotkin, 1910, p.1).

Nesse contexto, a imprensa operária desempenhou um importante papel na organização para a luta por direitos sociais, bem como para disseminação de ideias e reivindicações realizadas pelos grevistas. Fazendo uso das páginas de jornais como “A Plebe” (1917), “A Obra”(1920) e “A Razão”(1919), os operários debateram extensivamente as temáticas sociais e revolucionárias de seu tempo. Esta pesquisa aborda a relação entre História e imprensa, apropriando-se de metodologias a serem seguidas por meio da utilização do jornal como um:

campo de expressão das vivências cotidianas, é uma importante fonte documental, porque expõe nos debates temáticos as divergências e intenções de alguns grupos políticos envolvidos em experiências históricas conflituosas(CARDOSO, 2017, p.16).

Neste sentido, o objetivo deste trabalho de conclusão de curso é analisar, tendo como fonte a imprensa operária brasileira, qual foi o impacto da revolução russa sobre o movimento operário durante a Primeira República, tanto do ponto de vista do desenvolvimento teórico, quanto sua influência sobre as greves e estratégias de ação seguidas durante os anos de 1917 a 1921. Este recorte temporal escolhido foi equivalente à duração do processo revolucionário, observando de que forma o movimento operário urbano reagiu a ela, bem como quais debates foram suscitados por esta revolução.

O campo historiográfico seguido neste artigo é o da História Social, tendo em vista seu enfoque no estudo das grandes massas populares. Desse modo, o trabalho visa dar enfoque aos movimentos sociais e as suas manifestações através da imprensa, buscando obter “informações, discursos e indícios para a análise das sociedades que os produziram e dos meios nos quais eles

circularam”(BARROS, 2021, p.422). Entretanto, também se encontram presentes elementos de história política, uma vez que tratamos de uma imprensa militante e engajada com a luta social.

Também se busca comparar como diferentes grupos operários influenciaram na repercussão dos acontecimentos da revolução russa, conceituando as diferenças entre a imprensa operária e a imprensa tradicional, além de trabalhar a importância da imprensa para a produção de discurso político e de propaganda.

A importância dessa temática se dá pelos crescentes estudos a respeito dos movimentos sociais de meados do princípio do século passado, revertendo o quadro de invisibilidade dessas figuras “anônimas da história” que tanto contribuíram para o progresso das conquistas sociais dos nossos tempos, assim como contribui para os estudos sobre a importância da mídia e da propaganda “sobre o comportamento das massas e dos indivíduos”(SODRÉ, 1966, p. 1).

2. IMPRENSA TRADICIONAL E IMPRENSA OPERÁRIA

A origem da imprensa no Brasil remete à vinda da família real portuguesa à colônia em 1808. Fugindo das Guerras Napoleônicas, Dom João VI teve de transportar para cá muitas das instituições políticas e administrativas da metrópole, dentre as quais estava a Imprensa Régia, através de seu jornal Gazeta do Rio de Janeiro, pondo fim à proibição de mais de 300 anos da tipografia em território brasileiro (MOLINA, 2015).

Segundo Nelson Werneck Sodré (1994), essa iniciativa partia da crescente necessidade da monarquia em combater aquelas ideias que lhe eram contrárias, proclamando ao povo as virtudes do governo. Deste modo, mesmo que por iniciativa portuguesa, a imprensa floresceu no Brasil, tornando-se uma importante força social e política.

O uso do jornal enquanto fonte histórica se d  por conta de sua rela o com a “visão de mundo de uma determinada classe social” (FIORIN, 1998, p.32). Isto porque, longe de serem “isentos”, os jornais, assim como todo o conjunto da m dia, mesmo que de forma inconsciente, possuem uma afilia o política e ideológica atrelada a um determinado discurso de um grupo social, uma vez que, como demonstra Fiorin:

O discurso, por sua vez, também é determinado por coerções ideológicas. Ora, se a consciência é constituída a partir dos discursos assimilados por cada membro de um grupo social e se o homem é limitado por relações sociais, não há uma individualidade de espírito nem uma individualidade discursiva absoluta (1998, p.36)

De tal forma que se percebe a fragmentação da imprensa brasileira entre diversos grupos ou setores através de “jogos simbólicos dos quais não temos o controle e nos quais o equívoco -o trabalho da ideologia e do inconsciente- estão largamente presentes” (ORLANDI, 2005, p.60).

Dentre esses diversos grupos, encontram-se a imprensa tradicional e a imprensa operária, cuja principal diferença se encontra em seu público-alvo e na estrutura de montagem e circulação. A imprensa tradicional ou “burguesa” é aquela que possui “uma certa quantidade de capital acumulado, suficiente para garantir a produção da mercadoria em momentos de crise” (CARDOSO, 2017, p.36). Logo, trata-se dos grandes jornais de circulação nacional, como Folha de São Paulo e o Globo, e que representam, na grande maioria das vezes, o interesse da classe dominante.

A imprensa operária, por sua vez, se caracteriza por sua relação íntima com o movimento social. Sua origem no Brasil, durante a Primeira República, está vinculada ao surgimento dos primeiros sindicatos e movimentos de massa, e tinha o propósito “mobilizador e organizador dos trabalhadores durante a República Velha”(PASTORIZA, 1990, p.26). O momento histórico em que boa parte desses jornais surgiram é relativo ao ciclo de greves iniciadas entre 1917 e 1920, refletindo a necessidade de organizar e estimular a luta revolucionária naquele período.

Portanto, a estrutura da imprensa operária tende a ser mais simples, uma vez que depende do financiamento dos seus membros, bem como são jornais de circulação local. Tematicamente, sua principal distinção reside em sua relação com a defesa dos interesses da causa operária, em detrimento das elites e da defesa do *status quo* promovida pela imprensa tradicional.

Por conseguinte, ao abordarmos a imprensa operária, estamos lidando com mais que um simples meio de comunicação e transmissão de informação, mas propriamente com um campo de organização social, que visa suscitar a expressão e expansão do debate político, no qual a forma e o discurso serão um reflexo do “conjunto de ideias de uma época”(CHAUÍ, 2004, P.11).

3. IMPRENSA OPERÁRIA: HISTÓRIA E LUTAS

O mais famoso representante da imprensa operária durante a Primeira República, “A Plebe” foi um jornal anarquista publicado semanalmente entre os anos de 1917 e 1951 na cidade de São Paulo, com algumas interrupções em decorrência da censura e de perseguições políticas por parte do governo. Seu principal organizador era Edgard Leuenroth, um jornalista e militante libertário que atuou nos principais periódicos e organizações anarquistas da região até sua morte, no final dos anos 1960.

Outros importantes colaboradores do jornal foram Astrojildo Pereira, que viria a ser um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922, e José Oiticica, importante dramaturgo, professor e poeta libertário. A publicação do jornal se iniciou a partir de 9 de junho de 1917, no contexto do ciclo de greves que se iniciaria naquele ano e que duraria até 1920, debatendo questões organizacionais e dedicando uma seção para reivindicações e atos grevistas.

Também trabalharemos aqui o jornal paulista “A Obra”, fundado em 1920 pelo anarquista espanhol Florentino de Carvalho, cuja estética se destaca por desenhos bem trabalhados em sua capa e uma bela disposição do texto. Além do jornal “A Razão”, cuja publicação se deu a partir de 1919 por Lino Pavan, e que possuía uma estrutura simples, com menos desenhos e representações e geralmente com imagens em sua capa.

4. “A GRANDIOSA EPOPEIA RUSSA”: REPERCUSSÕES DA REVOLUÇÃO RUSSA NAS PÁGINAS DE “A PLEBE” ENTRE JUNHO E AGOSTO DE 1917

Em junho de 1917 chegaram às páginas do editorial “A Plebe” as primeiras notícias a respeito da Revolução Russa. Em linguajar grandiloquente, os dois textos, publicados respectivamente nos dias 16 e 30 de junho enaltecem o papel dos revolucionários russos.

A primeira publicação, realizada no dia 16 de junho de 1917, de autoria de “Hélio Negro”¹ e intitulada “A Revolução Russa” explica ao público as causas dos acontecimentos. Nela é abordada a penúria passada pelo povo russo durante os 3 anos de guerra, bem como o editorial transmite suas expectativas a respeito do que se espera da revolução russa, seja a nível organizacional, quanto ao aprofundamento do processo revolucionário. Mas é na publicação de 30 de julho, intitulada de “A Grandiosa Epopeia

¹Antônio Candeias Duarte, conhecido por “Hélio Negro”, foi um anarquista português naturalizado brasileiro que atuou como jornalista, líder sindical e ativista libertário durante a Primeira República, participando de importantes greves do período, como a greve geral de 1917. Em 1922, foi um dos organizadores do Partido Comunista Brasileiro (PCB), partido pelo qual militou até o final da década de 1940.

Russa”, que encontramos um editorial mais militante, empenhado em retratar o aspecto social da revolução:

A imprensa burguesa, anunciando a revolução russa, procurou atribuí-la à Duma monárquica e aos liberais pan-eslavistas, ao mesmo tempo que ocultava a ação proletária e o papel dos socialistas, que trouxe uma formidável confirmação à tática de oposição nos vários países beligerantes. Devemos ter presente que o desfalecimento coletivo que se produziu ao mesmo tempo entre os sociais-democratas de alguns países em luta não atingiu as organizações socialistas da Rússia (...) por isso, logo que romperam os tumultos de Petrogrado -tumultos a princípio, de caráter puramente econômico- os socialistas russos, amparados pela confiança da classe operária, tomaram a liderança do movimento operário. (A PLEBE, no. 4. p.2)

Em sequência, também são discutidas as conquistas que a revolução russa havia garantido aos trabalhadores até aquele momento, como o direito a 8 horas de trabalho, fim da censura política e a igualdade salarial entre homens e mulheres, conquistas que, para os trabalhadores da época, abriam as portas a um novo horizonte de lutas.

É importante destacar o papel que a imprensa operária desempenhará ao noticiar o processo revolucionário, uma vez que, como nota Leandro Ribeiro Gomes (2012, p.13), boa parte da imprensa tradicional deste período veiculava informações duvidosas aos olhos dos operários acerca da revolução. Em vista disso, a preocupação editorial de desmitificar a mídia tradicional e expor a real extensão e profundidade do processo revolucionário russo, correspondia também ao interesse de promoção da transformação política, social e econômica tanto no Brasil quanto a nível internacional, visto que, como destaca Fiorín:

Comunicar é também agir de uma maneira mais ampla. Quando um enunciador reproduz em seu discurso elementos da formação discursiva dominante, de certa forma, contribui para reforçar as estruturas de dominação. Se se vale de outras formações discursivas, ajuda a colocar em xeque as estruturas sociais (1998, p.74).

Por conseguinte, a defesa da Rússia revolucionária exerceu uma influência radicalizadora sobre o movimento operário, que nos anos que se seguiram se sentiu mais ousado para exigir direitos, se organizar, bem como lutar por melhores condições de vida. A respeito disso, Leonardí Victor discorre que:

O movimento operário no Brasil, acompanhando a vaga revolucionária internacional, esteve em ascenso entre 1917-1920. Além dos fatores objetivos, relacionados com o agravamento

das condições de vida e trabalho do operariado, devido à Primeira Guerra Mundial, outros fatores propriamente políticos são decisivos: o trabalho de agitação e propaganda desenvolvidos pelas lideranças anarquistas(1991, p.281).

Deste modo, percebe-se o impacto positivo dessa revolução enquanto fonte de inspiração para a militância anarquista local, que depositava suas esperanças na radicalização do processo revolucionário por vias libertárias. Esse entusiasmo, que em sua produção literária, deixava análises e reflexões no sentido de construir uma contribuição, partindo das bases já estabelecidas pela Revolução Russa, à luta e ao debate revolucionários de seu tempo, acabava por contribuir para a formação de “um discurso (...) que, por sua vez, ganha sentido porque deriva de um jogo definido pela formação ideológica dominante naquela conjuntura” (ORLANDI, 2005, p.63).

Devido ao desconhecimento das condições de vida da população russa e dos acontecimentos que antecederam diretamente o início da revolução, reconhecidos na publicação de 28 de julho de 1917(A PLEBE, no 7, p. 4), o editorial do jornal muitas vezes recorria à correspondência estrangeira, especialmente dos jornais anarquistas franceses, para noticiar os avanços da revolução. Como exemplo, nas edições de 11 e 18 de agosto, que celebravam uma decisão tomada pelos soviets em votação para proceder as negociações de paz sob o bordão de “nem anexações, nem indenizações”:

O governo provisório executou um ato que a comissão executiva reclamava havia muito, e notificou aos governos aliados o texto da sua declaração de 27 de março (9 de abril) relativa à renúncia a uma política de conquistas. Com este ato, pôs o governos dos Estados aliados na necessidade de se pronunciarem ante as suas respectivas democracias e as do mundo inteiro sobre a política de conquistas e os fins de guerra em geral (A PLEBE, no. 9, p.4)

Essas declarações aproximavam o processo revolucionário do posicionamento internacionalista do editorial de “A Plebe”, o que reforçava o apoio do mesmo à causa russa. Em sua publicação de 25 de Agosto, sob o título de “Ao Redor da Epopeia Russa”, no qual os anarquistas exortam os russos a agirem rapidamente para internacionalizar o processo de luta, essa postura internacionalista fica ainda mais evidente:

A revolução em marcha deve ser defendida contra qualquer inimigo interno ou externo. Mas, para que seja verdadeiramente digna disso, urge que caminhe, que se faça cada vez mais senhora do terreno, que não seja empatada e sofismada. Se não vem a fadiga, o desânimo, a desilusão das massas -e o poder corrompe os revolucionários, ou caem nas mãos dos liberais

burgueses, como o imperialista Milinkof, membro do primeiro governo provisório, o tal que, no tempo do Czar, dizia preferir a derrota à revolução (A PLEBE, no 11, p.4).

Nota-se, portanto, no período selecionado, uma defesa da revolução russa, como sendo uma experiência que abriu precedentes para a expansão, nunca antes vista, da força do movimento operário, e que por isso mesmo ela deve ser defendida incondicionalmente dos ataques perpetrados a ela pela imprensa burguesa. Nesse recorte temporal, os principais pontos destacados pelos anarquistas são a necessidade da paz, as denúncias ao imperialismo ocidental, bem como a crescente necessidade de aprofundamento do processo revolucionário, seguindo uma tendência socialista e internacionalista.

5. A GREVE GERAL DE 1917 E A INSURREIÇÃO ANARQUISTA DE 1918

O ano de 1917 demarca um período histórico em que “a classe operária tornou-se um novo protagonista na vida pública do Brasil” (SCHWARCZ, 2015, p. 375). A greve geral de 1917 foi a primeira greve de caráter nacional em todo período republicano, reunindo, na cidade de São Paulo, milhares de grevistas durante mais de um mês (SCHWARCZ, 2015, p. 375). Sua motivação foi o assassinato do sapateiro anarquista José Martinez, no dia 9 de Julho daquele ano, vítima da violência policial. A comoção gerada por sua morte e insuflada pelas páginas de jornal levaram a uma série de manifestações, de escala e proporções cada vez maiores, até que tomasse conta dos principais centros urbanos do país. Dentre as causas da greve, estavam a “carestia, desemprego, falta de liberdade e pela possibilidade de conquistas semelhantes às alcançadas pelo socialismo na Rússia” (SAMIS, 2024, p.171).

Desde o início, faz-se notar o uso das práticas anarquistas, como a ação direta, estratégia de ação que consiste na realização de “passeatas, comícios, greves, sabotagem, boicote e em algumas situações a utilização de bombas”(SANTOS, 2020, p.143). Resultado de anos de propaganda e organização através da imprensa operária. Edgard Leuenroth, junto a diversos representantes do movimento anarquista e alguns socialistas formaram o “Comitê de Defesa Proletária”, uma organização que “elaborou a pauta comum de reivindicações dos grevistas”(BATALHA, 2009, p.3).

Publicadas nas páginas da Plebe, em 11 de Agosto de 1917, as reivindicações faziam exigências ao governo do Estado, como a proibição do trabalho infantil, o fim das perseguições aos funcionários grevistas, redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias, etc, reivindicações que foram

parcialmente aceitas, levando os anarquistas a acreditarem que “uma revolução próxima estava por surgir” (OLIVEIRA, 2009, p.110).

É nesse sentido que, em 1918, os grupos anarquistas tentaram levar a cabo uma insurreição na então Capital Federal, o Rio de Janeiro. Tensionando cada vez mais a luta operária no sentido de radicalização, os anarquistas se organizaram através da União Geral dos Trabalhadores (UGT), formada a partir de ex-membros da Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ). Como nota Tiago Bernardon de Oliveira (2009, pp.114 e 117), esses sindicatos tinham por objetivo organizar as “vanguardas operárias”, como explicitado em nota no jornal “A Razão”, e pautava-se a possibilidade de formação de um Comitê de Soldados e Operários, a exemplo do que se passou na Rússia, fato que resultou em diversos casos noticiados de insubordinação dentro do exército.

Deste modo, no dia 18 de Novembro, concomitantemente a uma greve que ocorreria no Rio de Janeiro, os anarquistas iniciaram a atividade insurrecional, buscando tomar pontos estratégicos da cidade. Faziam parte desses acontecimentos tanto Astrojildo Pereira, quanto José Oititica, ambos colaboradores da Plebe. Apesar de fracassada, a insurreição se constituiu como uma das maiores demonstrações de organização do movimento anarquista brasileiro, resultando em “três operários assassinados pela polícia carioca e cerca de meia centena de presos e deportados (RODRIGUES, 2010, p.6).

6. 1919: ANARQUISMO E BOLCHEVISMO NAS PÁGINAS DE “A PLEBE” E “A RAZÃO”

Após forte início em 1917, “A Plebe” logo caiu nas mãos da censura policial, que acusou Edgard Leuenroth, seu principal colaborador, de ser o “mentor intelectual” da greve geral daquele ano. Sua prisão, resultou em um hiato de publicações do jornal, tendo em vista que Leuenroth permaneceu preso entre Agosto de 1917 e Março de 1918, quando foi absolvido graças à defesa de Evaristo de Moraes, importante advogado do período que ficou conhecido por também defender os revoltosos que participaram da Revolta da Chibata.

Em 1919, após mais de um ano sem publicações, o jornal “A Plebe” foi relançado, com Leuenroth retornando à atividade jornalística. Diversas publicações deste ano são feitas em referência à revolução russa, se destacando a admiração e defesa da revolução bolchevique. Em 5 de Abril de 1919, o editorial escreve:

Quanto às relações com os outros povos, a República dos soviets está no terreno dos princípios da Primeira Internacional, a qual reconheceu a verdade, a justiça e a moral como base das suas relações com toda a humanidade, independentemente de raças, religiões ou nacionalidades. A República Socialista dos Sovietes, reconhece que, lá onde é oprimido um membro da família humana, toda a humanidade é oprimida. (A PLEBE, no 7, p.2).

Muitos dos artigos do jornal se concentram em rebater acusações perpetradas pela mídia ocidental à Rússia Soviética, como no texto “Odiosa Campanha de Difamação”, de 5 de abril de 1919, que denuncia as notícias tendenciosas a respeito do governo bolchevique nas páginas da imprensa tradicional. Em 12 de abril de 1919, uma publicação, que estampa as capas do jornal ironiza um livro recém-publicado pela United Press, jornal inglês, em texto de Astrojildo Pereira “A hipocrisia britânica”:

Segundo telegrama recente de Londres, assinado por um dos correspondentes especiais da United Press, o governo britânico acaba de publicar um livro *Branco* sobre as atrocidades bolcheviques... já tardava, com efeito! Durante o tempo da guerra, quatro anos e meio a fio, os governos aliados em geral, e o governo de Sua Graciosa Majestade em particular, publicaram muitos livros, de todas as cores, sobre as atrocidades germânicas (...) A hipocrisia britânica! A Irlanda e o Egito são apenas os dois casos mais atuais, e de maior relevo internacional. Não um livro, mas uma biblioteca inteira de livros amarelos haveria que compor, na compilação das hipocrisias britânicas. (A PLEBE, no 8, p.1)

Se sobressaem nesse momento as publicações de caráter informativo e de propaganda, que trazem relatos de combatentes e de correspondentes estrangeiros que estiveram na Rússia e noticiaram a situação do país, exaltando a revolução e as conquistas do governo soviético. Esse comportamento é explicado pois, segundo Leonardi Victor “O movimento anarquista, na prática, até àquela altura, defendia o sentido social e geral da revolução russa de forma irrestrita” (1991, p.283). Constituindo uma das maiores expressões de propaganda favorável à Rússia socialista.

Em março de 1919, seria formado o primeiro Partido Comunista do Brasil, com participação ativa dos colaboradores da Plebe. Seu programa seria anunciado na edição número 8, datada de 12 de abril de 1919, da revista, seguindo uma tendência comunista-anarquista e mesclando práticas anarquistas às ideias do movimento bolchevique. Embora se afirmasse favorável à abolição do Estado, seu programa partidário exortava sobre a necessidade de mais força e coordenação do movimento, criando um

secretariado executivo, demonstrando “a força, influência e esperança que a revolução bolchevique provocou nos anarquistas brasileiros”(SANTOS, 2020, p. 158).

Dentre os periódicos, no entanto, se inicialmente havia não somente apoio, como exaltação do bolchevismo, 1919 demarca um momento onde despontarão as primeiras críticas à doutrina bolchevique. Um dos principais periódicos responsáveis por essa posição é o jornal anarquista “A Razão”, cujo editorial publicou uma série de artigos explicando as divergências entre sua tendência, descrita como “comunista libertária” ou “anarco-comunista” e o leninismo. Como no texto de J. Alves “O Bolchevismo”, publicado em 30 de agosto de 1919:

(...)O bolchevismo, em suas diversas manifestações, estabelece como base, embora provisória, segundo afirmam seus propagandistas, a ditadura governamental, das classes operárias, ao passo que o comunismo anarquista, tem como fundamento a dissolução do estado e das classes, divisão arbitraria inerente ao sistema capitalista (...) propriamente, o bolchevismo é o governo da maioria, ou o ‘governo do povo pelo povo’(...) o que não passa de um governo, embora das classes operárias. O comunismo antigovernamental rejeita qualquer forma de governo, pois nada adianta dissolver o estado capitalista e organizar o estado operário(A RAZÃO, no 35, p.1).

A crítica é seguida por novos comentários em seu número 40, onde se desaprova a ideia de “governo revolucionário” adotada pelos bolcheviques. Essa mudança de postura do editorial anarquista, no entanto, não é compartilhada por outros jornais operários da época, que ainda mantém majoritariamente menções positivas à revolução russa, portanto deve ser considerada uma tendência “marginal” dentro do movimento operário.

Segundo Leonardi Victor (1991, p.293) a escassez de informação sobre os acontecimentos na Rússia impediu que os métodos de ação bolcheviques fossem plenamente conhecidos até aquele momento, o que contribuiu para explicar porque o “apoio incondicional” pregado em 1917, se manteve durante boa parte daquele ano.

7. O BOLCHEVISMO EM DEBATE

Se entre 1917 e 1919 nota-se uma tendência revolucionária crescente, o período posterior é marcado por recuo e fragmentação do movimento operário, fruto de forte repressão estatal. Do mesmo modo, as discussões acerca da relação entre anarquismo e bolchevismo se intensificam durante todo o ano de

1920. Diversos fatores contribuíram para isso: de um lado, o movimento anarquista ucraniano, também chamado de “movimento makhnovista”, havia sido reprimido pelas autoridades bolcheviques, levando a um conflito que se estenderia durante os anos de 1920 e 1921.

As divergências entre as duas correntes do pensamento socialista se tornaram mais evidentes, sendo expostas em artigos de periódicos anarquistas como “A Ditadura do Proletariado e a Anarquia”, publicado em 1919, por Érrico Malatesta, assim como em uma série de cartas publicadas por Piotr Kropotkin no ano de 1919, que circularam livremente entre a imprensa operária estrangeira. Um ano depois, o autor anarquista Luigi Fabbri também viria a produzir uma crítica ao livro “O Estado e a Revolução”, de Vladimir Lenin, fazendo com que a manifestação anarquista de apoio à revolução passasse agora a ser dirigida com certa ressalva.

Frente as novas notícias e acontecimentos, diversos artigos explicando as divergências entre o anarquismo e o bolchevismo tornaram-se mais comuns em meados de 1920-1921, acompanhando o movimento anarquista internacional e trazendo uma abordagem cada vez mais crítica ao bolchevismo. Na edição de 15 de setembro de 1920, Florentino de Carvalho escreve duras palavras nas páginas do jornal “A Obra”, que refletem o crescente afastamento entre ambas as tendências:

(...) Se em oposição às calúnias dos burgueses, divulgamos a obra benéfica da república russa, nunca fizemos a apologia deste regime, porque demasiado sabíamos que o estado, qualquer que seja a sua estrutura autoritária ou governamental, é essencialmente contrário aos nossos princípios. Sempre mantivemos sobre este assunto as devidas reservas, esperando ser ilustrados por documentos que pudéssemos confiar. (...) As tendências doutrinárias dos maximalistas, bem como o atual estado de coisas na Rússia, das quais a seguir damos notícias, exprimem claramente o que seria este estado bolchevista no Brasil: um disparate. Os bolchevistas russos são discípulos de Marx, social-democratas. Com relação à situação política sabe-se que as liberdades públicas estão cerceadas completamente, que nem sequer a autonomia dos municípios existe, e que a fiscalização sobre a vida pública e particular dos indivíduos é exercida com uma meticulosidade e severidade nunca vistas. Para dar uma ideia sobre a pseudoditadura proletária basta saber-se que os socialistas revolucionários, os reformistas e todos os que não pertenciam à família bolchevique foram escorraçados dos comitês e todas as repartições públicas. Os anarquistas, como mais perigosos inimigos do Estado, foram escorraçados sob o fogo de metralhadoras. Aspiram os camaradas implantar aqui um Estado semelhante? Nós queremos, como os bolcheviques, esmagar o Estado Burguês. Mas queremos esmagar também o Estado bolchevique.(A OBRA, no 13, p. 4).

Em “A Plebe”, essa cisão só ocorreria tardiamente. Em 13 de março de 1920, o jornal ainda escrevia entusiasmadamente a respeito do reconhecimento recente da Rússia Soviética pelo estado brasileiro, em texto de Otávio Brandão, demonstrando as “dissenções que se formavam no movimento operário”(GOMES, 2012, p. 206).

8. 1921: CISÃO NO MOVIMENTO OPERÁRIO

Segundo Tiago Bernandon de Oliveira, o ano de 1921 demarca a cisão definitiva entre o movimento anarquista e o bolchevique, em que os anarquistas “passam a denunciar a construção de uma nova ordem burocratizante, de uma nova classe, e perpetuar a exploração e a opressão já existentes”(2009, p.159). Como reflexo desse antagonismo, podemos notar as críticas estampadas na primeira página do periódico “A Plebe”, em 9 de abril de 1921, que trazem um diálogo entre o anarquista espanhol Jack Wilkens, à época ferrenho crítico dos bolcheviques, e Piotr Kropotkin:

(...) Kropotkin persiste mais que nunca nas suas opiniões: os comunistas com seus métodos, em vez de preparar o povo para o comunismo, acabarão por lhe fazer odiar o próprio nome. São sinceros, talvez: mas o seu sistema impede-os de introduzir na prática o menor princípio do comunismo. E, constatando que a obra revolucionária não progride, auguram que ‘o povo não está preparado para engolir os seus decretos, que é preciso tempo, desvios...!’ É lógico: a história das revoluções políticas se repete. O mais triste é que eles não reconhecem de forma alguma, não querem reconhecer os seus erros, e em cada dia confiscam à massa uma parcela das conquistas da Revolução, em proveito do Estado centralista.(A PLEBE, no 112, p. 1).

Ao analisar estes comentários, fica explícita a ideia de que, para os anarquistas, a revolução russa não chegou às suas últimas instâncias: estagnou-se e se converteu em apenas uma revolução política, isto é, sem modificar os alicerces da sociedade capitalista. Deste modo, a euforia e o entusiasmo de 1917 deram lugar a decepção pelos resultados alcançados no decurso do processo revolucionário.

No âmbito internacional, boa parte das principais figuras históricas do anarquismo já havia exposto suas discordâncias com a doutrina bolchevique, tornando o apoio à mesma dentro do movimento anarquista insustentável. Em 14 de maio de 1921, D. Fagundes descreve a postura anarquista frente a revolução russa:

Fomos os primeiros a defender aqui o maximalismo russo contra a crítica extremista de vários camaradas. Como tivemos então, ocasião de afirmar, defenderemos os maximalistas da Rússia quando eles forem atacados pelas forças mercenárias do capitalismo, e não porque

hajamos renunciado aos nossos princípios. A nossa atitude equivalia a uma afirmação de solidariedade a uma facção revolucionária inimiga da organização capitalista, porque entendíamos que atacar a situação maximalista seria coadjuvar os reacionários na sua obra de restauração do regime imperialista derrubado pela revolução de 1917. No entanto, não precisamos dizer que, como anarquistas, somos contrários a qualquer forma de Estado, quer este seja imperialista, quer republicano ou socialista. (A PLEBE, no 117, p.2)

Marilena Chauí (2004, p.37) ao analisar a teoria de hegemonia de Antônio Gramsci, ressalta a existência de um “poder espiritual” da classe dominante, expresso através de sua influência acerca das ideias e da cultura. Isto porque, mesmo o discurso anti-imperialista e socialista típico dos movimentos de esquerda, pode ser utilizado pela burguesia progressista para seus propósitos, de modo que, ao utilizar-se de uma bandeira, seja ela a do “socialismo”, “nacionalismo” ou qualquer outra, é necessário ressignificar tal palavra, se desfazendo da noção burguesa atribuída a ela e empregando um significado popular.

Deste modo, justifica-se a posição anarquista em linhas parecidas: embora levantem a bandeira do socialismo, do anti-imperialismo, da causa operária, em comum com os bolcheviques, os anarquistas assumem uma posição pragmática e ambígua frente a revolução russa. Esta posição decorre do fato de que os anarquistas defendem seu caráter emancipatório, bem como reconhecem os diversos avanços e conquistas assegurados por ela, ao mesmo tempo que denunciam a ineficácia do governamentalismo para fins revolucionários, mostrando que a revolução russa havia “se paralisado” no meio do caminho, perdendo-se em meio às ideias social-democratas do bolchevismo sem se concretizar, de fato, numa experiência comunista.

Essa ambiguidade explica porque encontramos, como na edição número VI de “A Obra”, de 10 de junho de 1920, refutações às acusações burguesas que alegavam o “fim da família” e “a socialização das mulheres” causada pela aprovação do direito ao divórcio na Rússia soviética, ao mesmo tempo que em, em 13 de maio de 1920, escrevia:

O alvorecer da aurora nas rudes estepes do oriente da Europa com o triunfo da revolução do povo moscovita, trouxe à atualidade novos importantes problemas que os militantes do sindicalismo não podem deixar passar em silêncio. O termo da moda, *bolchevismo*, e cujo conceito neo-comunista não passa de ser uma simples modalidade do socialismo marxista empolgou quiçá com excesso de zelo a atividade de não poucos amigos, e é preciso que constatemos bem a índole e alcance da revolução que prepara nossos entusiasmos (...) A ditadura do proletariado, cláusula capital da carta doutrinal do marxismo, não é, nem muito

menos a exprime, a finalidade do sindicalismo. O domínio da casta ou classe, ainda que seja uma transição acidental, transmite sua hegemonia ao proselitismo triunfante dos vencedores que, ainda com o título de ‘ditadores’, administrativos e tutelares, mais tarde, como sucede em todas as ocasiões em que a estrutura básica das instituições da etnologia social e política fica de pé transformou-se no maior obstáculo para o futuro e prosseguimento da própria revolução iniciada. (A OBRA, no 2, 1920, p.9).

Nesse sentido, o principal objetivo da imprensa operária era tecer uma “crítica honesta” e pragmática ao bolchevismo. Atendo-se a uma posição socialista, buscava distanciar-se da fraseologia reacionária da imprensa tradicional, demonstrando solidariedade à corrente bolchevique quando atacada pela campanha difamatória dos representantes da imprensa burguesa, mas expondo as limitações e debilidades do processo revolucionário russo a fim de fazer com que “a próxima revolução satisfaça as aspirações elevadas dos revolucionários sinceros e para que liberte a humanidade do domínio de qualquer classe ou estado”(A PLEBE, no 117, p.2).

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A posição da imprensa operária frente a Revolução Russa apresentou uma mudança drástica ao longo do processo revolucionário, decorrente de diversos acontecimentos que abalaram o mundo operário nacional e internacional. Pode-se concluir que a Revolução Russa exerceu grande influência em parte do operariado urbano nacional, tendo em vista os indícios, expostos nas páginas dos jornais, das reflexões de grupos operários, que, inseridos em seus próprios processos de luta social, idealizaram e debateram as ações dos bolcheviques como um exemplo a ser seguido, servindo de inspiração para a criação de secretariados e partidos políticos no Brasil.

Deste modo, percebe-se uma profunda influência da Revolução Russa no processo grevista iniciado entre 1917 e 1921, amplificado pela disseminação na imprensa das notícias que vinham da Europa. Tanto a Revolução de Fevereiro quanto a Revolução de Outubro foram reverenciadas pelo operariado em sua luta por direitos sociais, e seus projetos políticos amplamente discutidos nas páginas da imprensa. É nesse sentido que, em 1919, foi organizado o primeiro Partido Comunista do Brasil, cujo programa revolucionário apresentava uma mescla de teses bolcheviques e anarquistas, demonstrando a enorme impressão que a Revolução Russa deixou no movimento operário brasileiro, fazendo com que muitas de suas práticas e teorias organizacionais fossem assimiladas pelo movimento operário nacional e adaptadas à nossa realidade.

Evidencia-se, dessa maneira, a importância do jornal como “instrumento de expressão, uma forma de generalização de experiências vivas de luta, de reflexão coletiva”(CARDOSO, 2017, p. 9). E é justamente a partir desta experiência coletiva que os trabalhadores passam a ousar lutar por melhores condições, trazendo à pauta muitas das estruturas organizacionais que foram criadas na Rússia, uma vez que agora possuíam o arcabouço teórico, mesmo que ainda vago, sobre o que poderiam opor às estruturas de poder capitalistas.

Além disso, é possível examinar a mudança de posição do editorial anarquista a partir do contexto revolucionário global. Em 1920, se inicia um período de “crise no anarquismo e no sindicalismo revolucionário”(CORREA et al., 2023, p.7). Naquele contexto, a Terceira Internacional, criada em 1919, ganhava forma, iniciando uma disputa entre bolcheviques e anarquistas pela vanguarda do proletariado a nível mundial. Tal antagonismo se reflete no realçamento das posições das duas correntes, que se tornam ainda mais militantes em favor de suas respectivas causas, buscando angariar apoio entre diferentes setores do proletariado mundial ao longo da década de 1920.

No cenário nacional, em 1922 ocorre a fundação do PCB, de orientação marxista, que expôs ainda mais as discordâncias organizacionais existentes entre a classe trabalhadora, uma vez que ele “absorveu vários anarquistas em suas fileiras”[tradução do autor](COHN, 2009, p.4). Astrojildo Pereira, Otávio Brandão, dentre vários outros agora ex-militantes libertários foram algumas das lideranças ácratas que participaram de sua fundação.

Por parte do governo, o período após 1921 foi marcado por um momento conturbado da política nacional, com o início das revoltas tenentistas, que aconteceram entre os anos de 1922 e 1927, reflexo do desgaste e da insatisfação cada vez maiores da sociedade com o regime. A crise política na Primeira República elevou a repressão ao movimento operário, fazendo com que a censura ao movimento anarquista iniciada em 1920 ganhasse ainda mais força durante o governo de Arthur Bernardes, em 1922, que agiu de forma implacável para reprimir qualquer forma de oposição política a seu mandato. Seu governo foi marcado pelo estado de sítio ininterrupto, além de repressão a greves e de censura à imprensa operária.

Por fim, é relevante ressaltar o papel da imprensa operária na construção de novas possibilidades de transmissão de informação, que não apenas garantiram a existência de uma oposição à imprensa tradicional, como agem para expandir o debate político, abrindo espaço para uma pluralidade de expressões, desejos e tendências presentes no movimento dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS:**A- FONTES**

A Plebe (1917-1951):

NEGRO, Hélio. A Revolução Russa. **A Plebe**, São Paulo, ano I, n.002, 16 Jun. 1917, p.2 Disponível em <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/81191a79-c914-4f11-b171-c4942273b522>> Acesso em: 23 Set. 2024.

A Grandiosa Epopeia Russa. **A Plebe**, São Paulo, ano I, n.004, 30 Jun. 1917, p.2. Disponível em <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/4c82d5ef-0b2d-4b55-bf8e-15c72b754df4>> Acesso em: 23 Set. 2024.

Algo sobre a Revolução Russa. **A Plebe**, ano I, n.007, 28 Jul. 1917, p.2. Disponível em <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/a91221e7-0ddc-448b-ab25-e57b7ada00d0>> Acesso em: 23 Set. 2024.

A Ação do Comitê de Defesa Proletária. **A Plebe**, ano I, n.009, 11 Ago. 1917, p.2. Disponível em <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/df88cdda-5a8a-4575-a7de-60421ffb286f>> Acesso em: 23 Set. 2024.

Ao Redor da Epopeia Russa. **A Plebe**, ano I, n.010, 18 Ago. 1917, p.2. Disponível em <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/60a5e116-88b9-4b8a-b2bf-f0c43d4797f1>> Acesso em: 25 Set. 2024.

Ao Redor da Epopeia Russa. **A Plebe**, ano I, n.011, 25 Ago. 1917, p.2. Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/plebe/pdf/1917/11.pdf>> Acesso em: 25 Set. 2024.

O Pacto Fundamental da República dos Sovietes. **A Plebe**, ano II, n.007, 5 Abr. 1919, p.4. Disponível em <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/102c1b5e-80db-457e-8d58-8c29188b0056>> Acesso em: 25 Set. 2024.

PEREIRA, Astrojildo. A Hipocrisia Britânica. **A Plebe**, ano II, n.008, 12 Abr. 1919, p.1. Disponível em <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/c3cbc00b-f3b3-4605-8980-eea62cd4e58b>> Acesso em: 26 Set. 2024.

BRANDÃO, Octávio. O Reconhecimento dos Sovietes. **A Plebe**, ano IV, n.056, 13 Mar. 1920, p.1. Disponível em <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/0687e3fa-0b3c-486c-ab3b-4fa5e2b99058>> Acesso em: 26 Set. 2024

WILKENS, Jack. Seis Meses na Rússia dos Sovietes. **A Plebe**, ano V, n.112, 9 Abr. 1921, p.1. Disponível em <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/935c70dd-73fd-4e5e-a3e3-ee31399200c>> Acesso em 26 Set. 2024.

FAGUNDES, D. Socialismo?!. **A Plebe**, ano V, n.117, 14 Mai. 1921, p.2. Disponível em <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/266075f6-eef3-4eda-b257-39ceb36ad559>> Acesso em: 26 Set. 2024.

A Razão(1919-1921):

ALVES, J. O Bolchevismo. **A Razão**, Bauru, ano I, n.035, 30 Ago. 1919, p.1. Disponível em <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/947efbf4-e093-460c-bc16-ebbdb7b4f578>> Acesso em: 23 Set. 2024.

A Obra (1920):

DANEL, Arnaldo. Definindo Princípios: O Sindicalismo não é Marxista. **A Obra**, ano I, n.002, 13 Mai. 1920, p.9. Disponível em

<<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/server/api/core/bitstreams/861933fa-18aa-40fb-88df-cce4d7b9f07b/content>> Acesso em 23 Set. 2024.

A Família na Rússia. **A Obra**, ano I, n.006, 10 Jun. 1920, p.2. Disponível em <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/c396949e-cafe-4d1e-9b7e-3a234de8f9b8>> Acesso em: 23 Set. 2024.

CARVALHO, Florentino de. O Bolchevismo: Sua Repercussão no Brasil. **A Obra**, ano I, n.013, 15 Set. 1920, p.4. Disponível em <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/d873b792-1455-40a4-911e-ac890e6bf1cb>> Acesso em: 23 Set. 2024.

B-BIBLIOGRAFIA

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Brasil: Uma Biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BARROS, José D'Assunção. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica. **Revista Portuguesa de História**, v.52, p 421-445, Outubro, 2021.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O Processo Político na Primeira República e o Liberalismo Oligárquico. **O Brasil Republicano**, v.1, p. 89-120, 2003.

CARDOSO, Célia Costa. **Movimento: Um Jornal Alternativo (1975-1981)**. São Cristóvão: Editora UFS, 2017.

KROPOTKIN, Piotr. Anarquismo. **Enciclopédia Britânica**, Fevereiro, 1910.

GOMES, Leandro Ribeiro. A luta dos Sovietes e o vislumbrar da Anarquia: a repercussão da Revolução Russa na imprensa operária anarquista brasileira (1917-1922). **Diálogos**, Rio de Janeiro, v.6, p. 59-70, Outubro, 2012.

GOMES, Leandro Ribeiro. **LIBERTÁRIOS E BOLCHEVIQUES: A repercussão da Revolução Russa na imprensa operária anarquista brasileira (1917-1922)**. 2012. Tese (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, São Paulo.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon. **Anarquismo, Sindicatos e Revolução no Brasil**. 2009. Tese (Pós-Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

BARROS, José D’Assunção. A História Social. A História Social: seus significados e seus caminhos. **LPH Revista de História**, Ouro Preto, v.15, p. 1-23, 2005.

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos: O Breve Século XX 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. **Edgard Leuenroth**. 2009. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEUENROTH,%20Edgard.pdf>. Acesso em: 20 Set. 2024.

SANTOS, Hamilton Moraes Theodoro dos. A Insurreição Anarquista de 1918. **Crítica Histórica**, v.21, 127-162, Julho, 2020.

RODRIGUES, Edgar. **História do Movimento Anarquista no Brasil**. Piracicaba: Ateneu Diego Giménez, 2010.

SAMIS, Alexandre. **CLEVELÂNDIA**. Brasília: Editora Senado Federal, 2024.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia**. 6. ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. São Paulo, 1980.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos**. Campinas: Editora Pontes, 2005.

PASTORIZA, Jardim Jorge Luiz. **Comunicação e Militância: A Imprensa Operária do Rio Grande do Sul (1892-1923)**. 1991. Tese (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.

MOLINA, Matías Martínez. **História dos Jornais no Brasil: Da Era Colonial à Regência (1500-1840)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora Edusp, 2021.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

VICTOR, Leonardi. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das Origens aos Anos 20**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

COHN, Jesse. Anarchism in Brazil. In: Immanuel Ness. **The International Encyclopedia of Revolution and Protest: 1500 to the Present**. Nova York: John Wiley & Sons, 2009.

Corrêa, Felipe et al. ANARCHISM AND SOCIAL MOVEMENTS IN BRAZIL (1903–2013). **Black Flag Anarchist Review**. Londres: v. 3, p. 138-150, 2023.

FROMM, Erich. **Marx Concept of Man**. Nova York: Frederick Ungar Publishing, 1961.